

Espaços e Paisagens
Antiguidade Clássica e Heranças
Contemporâneas
Vol. 3 História, Arqueologia e Arte

**Francisco de Oliveira, Jorge de Oliveira,
Manuel Patrocínio (Coords.)**

A PULVERIZAÇÃO DA AMMAIA NA ALTA IDADE MÉDIA

JORGE DE OLIVEIRA
SÉRGIO PEREIRA
CIDEHUS

Abstract: The Spraying of the Ammaia (Marvão) in the High-Middle-Ages

Arising from systematic archaeological surveys on wide area surrounding the Roman city of Ammaia and studies developed here was to understand how the space was anthropized after the end of empire. It is demonstrated in this communication emerged as dozens of small towns, more or less organized in the vicinity of the old city during the called High Middle Ages, while the central urban space was empty. It is evident so the process of spraying Ammaia Roman city, situated near Marvão and the emergence of multiple small towns, some of them developed and survived to the present.

Keywords: end of the Empire, High-Middle-Ages, Roman City of Ammaia, spraying.

Palavras-chave: Alta Idade Média, cidade romana de *Ammaia*, fim do Império, pulverização.

A cidade romana de *Ammaia* insere-se no contexto da romanização da região que hoje conhecemos como Norte Alentejo. O centro urbano ou *oppidum* parece ter surgido com a reforma administrativa de Augusto, desenvolvida a partir de 13 a. C., e que desempenhou um papel determinante no contexto da reorganização e urbanização da *Hispania* (Fig.1).

Surgindo como modelo de fixação, o novo centro urbano pretendia reunir e controlar as comunidades indígenas circundantes. A evolução política do aglomerado afigura-se célere, embora o mesmo processo se tenha verificado noutras cidades provinciais. Comprovada epigraficamente, a elevação do *oppidum* amaiense a *civitas* aconteceu antes de 44 ou 45 d. C. e pouco depois, no período Flávio, recebeu nova atribuição, a de *municipium*. Os testemunhos materiais recolhidos em contexto arqueológico levam-nos a supor que a evolução política se relacione com uma conjuntura económica e administrativa propícia, consolidada no período Flávio, ou com a influência de algumas famílias de notáveis amaienses (figs. 2 e 3).

Até finais do século IV, ou inícios do século V, a cidade parece manter uma relativa prosperidade, acedendo a produtos importados e a rotas comerciais de longo curso. A partir da segunda metade do século V a cidade teria iniciado o seu percurso descendente, que a iria conduzir ao declínio e ao abandono. Os factores que levaram a cidade à decadência parecem dividir opiniões e

investigadores, sendo certo que o esvaziamento da cidade gerou um novo padrão de povoamento rural e a consequente ruralização da paisagem.

Basta percorrer os campos, sobretudo da encosta norte de Marvão, para se descobrirem abundantes vestígios de *habitats* atribuíveis à Alta Idade Média. Localmente conhecidos por moreiras, mouratas, ou aldeias dos mouros, estes *habitats* localizam-se especialmente em vales apertados, por entre grandes afloramentos graníticos e normalmente envoltos por moitas de carvalhos. Constituem-se como testemunhos materiais destes povoados, para além de estruturas habitacionais rectangulares e muito raramente circulares, lagares formados por pias, pesos e apoios de varas, sepulturas escavadas na rocha, antropomórficas ou não, e, mais raramente, ruas calçadas. É nestes contextos que também ocorrem, mas em menor número, os vulgarmente denominados chafurdões. Todos estes testemunhos arqueológicos têm principal incidência na área do actual concelho de Marvão, reconhecendo-se também a sua existência na fachada ocidental do Termo Municipal de Valência de Alcântara, no concelho de Castelo de Vide e na parte norte do concelho de Portalegre, especialmente nas freguesias de Carreiras e Ribeira de Nisa. Estes arqueossítios parecem organizar-se, assim, em torno e na área de influência da cidade romana de *Ammaia* e terão emergido na sequência do colapso desta cidade. Parece, então, que com o fim da estrutura social e económica do império romano a cidade de *Ammaia* se pulveriza dando origem a dezenas, se não mesmo centenas de pequenos *habitats* dispersos pelos vales encaixados e de difícil acesso da Serra de S. Mamede e seus contrafortes (figs. 4 e 5).

Desde os inícios do século XX, com Possidónio Laranjo Coelho e sobretudo em meados do mesmo século, com os trabalhos de Afonso do Paço, que estes vestígios no concelho de Marvão vinham sendo referenciados. A única escavação efectuada e publicada nestes povoados foi promovida por Afonso do Paço no *habitat* do Monte Velho, situado na freguesia de Beirã.

Em 1948, por convite da Câmara Municipal de Marvão, Afonso do Paço promove escavações em vários locais do Monte Velho, onde identifica um lagar e escava uma habitação rectangular, formada por duas divisões (fig. 6). Numa dessas divisões situar-se-ia uma pequena forja, enquanto na outra, dentro de três grandes potes, guardavam-se sementes de milho painço. Estes testemunhos encontravam-se sob uma camada de fragmentos de *imbrices* muito irregulares e maioritariamente decorados com serpentiformes digitados ou estrelas pentalfa. Do estado de conservação destes testemunhos deduz Afonso do Paço que o *habitat* terá sido atacado e incendiado e não abandonado voluntariamente pelos seus habitantes. O seu escavador levanta a hipótese de esta destruição ter sido obra das primeiras vagas de gentes que do norte de África invadiram a Península a partir do século VIII. Tratar-se-ia, provavelmente, ainda segundo Afonso do Paço, e sobretudo com base na descoberta de uma telha com uma inscrição cristã, (H)IC PAX (H)IC C(H)RIST(VS), de uma comunidade visigótica (fig.7). Este investigador, ao comparar esta inscrição com outras identificadas na Península, posiciona-a entre o século VI e o VIII. Infelizmente, desconhece-se hoje o paradeiro da telha

que comportava esta inscrição. Durante vários anos expôs-se num pequeno compartimento do Castelo de Marvão onde se guardavam, igualmente, outros materiais arqueológicos. Felizmente que, nos finais da década de cinquenta do século XX, o Sr. Manuel Peixeiro mandou transcrever para um bloco de granito a inscrição que se lia na telha do Monte Velho e aplicou-a na fachada da sua casa na Rua do Castelo, em Marvão, conservando-se como memória do documento original.

Se, na publicação de 1949 — *Inscrição Cristã do Monte Velho* —, Afonso do Paço não afirma peremptoriamente que estes povoados seriam visigóticos, em momentos posteriores, tanto no texto da comunicação apresentada ao XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, intitulado “Carta Arqueológica do Concelho de Marvão” e publicado em 1950, como na conferência que Afonso do Paço profere na Câmara Municipal de Marvão, por altura do lançamento da separata das actas desse congresso e relatada no jornal *A Rabeca* de 22 de Junho de 1953, o povoado do Monte Velho e todos os outros idênticos, conhecidos na região, pertenceriam a comunidades rurais visigóticas. Ainda segundo o mesmo investigador, a *Ammaia* teria sobrevivido até à presença visigótica, como já o testemunhavam, em meados do século XX, vários materiais arqueológicos.

A aceitarmos o que o único investigador deste tipo de vestígios nos diz, a cidade não teria sobrevivido para além do século VI, embora à luz dos conhecimentos actuais, decorridos mais de dez anos sobre o início do estudo da *Ammaia*, reconheçamos indícios de que a cidade possa ter sobrevivido para além daquele século.

Ao analisarmos as causas que motivaram o declínio da cidade e o consequente abandono, é inevitável referir as primeiras escavações na entrada principal da cidade, que relacionaram com um cataclismo o depósito detrítico acumulado nalguns locais com mais de um metro de altura, sobre as praças lajeadas. Observando-se o posicionamento, direcção e desgaste dos elementos líticos do depósito detrítico, poderemos considerar que ele teria resultado de uma avalanche de lamas e água, talvez provocada pela ruptura de uma barragem situada em cota sobrelevada, a montante da Ponte da Madalena. A obtenção de água nesta zona para abastecimento da cidade está confirmada pela presença de uma canalização em granito, cuja trajectória ronda um quilómetro.

Outro cenário possível relaciona o abandono da cidade com um processo gradual iniciado na segunda metade do século V. A instabilidade militar provocada pela vinda de populações bárbaras motivou importantes transformações na esfera política, económica e social. A desagregação do poder municipal foi-se agravando com as constantes lutas pelo poder, onde concorriam as elites hispano-romanas, visigóticas e religiosas. Para além da insegurança crescente nas rotas comerciais e da regionalização dos mercados, há que reconhecer na área de influência da *Ammaia* uma diferença substancial entre os primeiros séculos de existência e o século VI. A desorganização e a degradação do espaço urbano ter-se-iam agudizado, resultado da própria

instabilidade político-social. É claro que a população em geral, mais desfavorecida e sem outras bases de sustentação económica, sentia, de forma mais intensa, a crise económica e política que fustigava a cidade e o próprio espaço do antigo império. As próprias elites da *Ammaia* vão-se refugiando nas *villae*, contribuindo para a ruralização e a feudalização da economia, onde a agricultura e a ganadaria teriam um papel fundamental. É neste contexto que reconhecemos a continuidade de algumas *villae*, que ocupavam os solos com melhores aptidões agrícolas. A conjuntura desfavorável verificada a partir do final do século V ter-se-ia arrastado para além do século VII. A vaga muçulmana teria acentuado o cenário de crise, sem sinais de recuperação. A emergência do *isn* de Marvão como local estratégico-militar e como novo centro de poder político teria efectivado a morte anunciada da cidade (fig. 4).

Em qualquer dos casos, o colapso da cidade provocou a pulverização da população urbana, emergindo diversos *habitats* na área envolvente da velha *Ammaia*. A estrutura económica que sustentava a cidade deixou de fazer sentido, denotando-se um regresso a uma economia de subsistência, muito semelhante à que se conhecia na região, antes da chegada das gentes de Roma (fig. 5).

Os povoados já anteriormente assinalados por Afonso do Paço, como o do Monte Velho, por ele parcialmente escavado, terão emergido na sequência da pulverização da *Ammaia*.

Decorrente dos trabalhos de prospecção efectuados por Afonso do Paço, durante 15 dias, entre 1946 e 1947 no concelho de Marvão, publicou este arqueólogo, em 1950, a Carta Arqueológica do Concelho de Marvão. Neste estudo o autor regista 25 sítios com vestígios atribuíveis ao “período visigótico” e 20 como romanos. Sessenta anos depois das prospecções efectuadas por Afonso do Paço, a Câmara Municipal de Marvão contrata a Área de Arqueologia da Universidade de Évora para realizar prospecções sistemáticas na área daquele concelho conducentes à actualização do levantamento efectuado em meados do século passado. Na sequência deste levantamento foi possível identificar 272 arqueossítios, entre os quais 84 atribuíveis à Alta Idade Média e 47 ao período romano. Assim, 30,8 % dos sítios arqueológicos do concelho de Marvão são atribuíveis ao período compreendido entre o fim do império romano e a islamização, podendo prolongar-se até à Reconquista Cristã, enquanto que 17,2% dos testemunhos arqueológicos são romanos. Se somarmos o cômputo destes dois períodos, verificamos que correspondem a 48,16% do total de sítios arqueológicos na área do concelho, reflectindo a importância que a romanização teve nesta região, especialmente com o assentamento da *Ammaia* (ver gráficos). Da análise destes dados e sobretudo do seu posicionamento geográfico podemos retirar algumas ilações interessantes. Haverá que reconhecer que o número de sítios com testemunhos da Alta Idade Média quase que duplica em relação aos que considerámos com ocupação romana, evidenciando não um aumento populacional, mas sim a fragmentação da sociedade em pequenos *habitats* auto-sustentáveis, demonstração clara de

como uma cidade, em clima de instabilidade política, não consegue sobreviver (figs. 4 e 5).

Se analisarmos a dispersão geográfica dos sítios romanos, verificamos que eles ocupam, preferencialmente, zonas de solos com grande aptidão agrícola, observando-se a sua maior concentração no longo vale fértil que se estende desde o Porto da Espada até ao Prado de Castelo de Vide. Igualmente, as terras com melhor aptidão agrícola na zona norte do concelho, directamente drenadas pelo Sever, como a zona dos Pombais, Vale do Cano, Pereiro, Garreancho ou Azinhal, foram ocupadas por *villae*.

Quando observamos a localização dos sítios atribuídos à Alta Idade Média, verificamos que eles ocupam solos com menor aptidão agrícola, maioritariamente solos de classe D, enquanto que os testemunhos romanos se posicionam preferencialmente em solos de classe A e B.

Perante esta realidade importa compreender o que terá levado a população que abandona a *Ammaia* a ocupar os solos com menor aptidão agrícola em detrimento de solos de classe A ou B.

A partir do século VI verificou-se uma intensa ruralização da paisagem, que se iria prolongar até ao século IX. Este processo poderia relacionar-se com um contexto de crise económica, com o declínio da cidade e abandono progressivo, projectando inúmeras famílias para o campo, através da atribuição ou usurpação de terras. As famílias, ora isoladas, ora em aglomerados ou aldeias, iriam ocupar áreas inóspitas, estabelecendo um novo padrão de fixação humana. Os novos sítios, a norte da crista quartzítica de Marvão, localizaram-se no limite dos terrenos agrícolas ou no início das zonas graníticas, reflectindo a preocupação de não ocupar os terrenos potencialmente aráveis. A presença ou a proximidade de recursos hídricos favoreceu a fixação e o desenvolvimento das hortas, essenciais numa economia de subsistência. Pontualmente construíram-se canais de irrigação em pedra solta, ou canalizações de granito.

Não sabemos se a intenção destas populações era a procura de locais discretos na paisagem, não longe de caminhos ou calçadas, ou se não lhes restaria outra alternativa, já que os melhores terrenos agrícolas estariam desde a época romana na posse das elites. A presença de enormes moroiços sugere que muitos terrenos tenham sido arroteados e desbravados, o mesmo acontecendo com o controlo da floresta, maioritariamente de carvalhos. É evidente o aproveitamento máximo dos pequenos vales e recantos, limitados pelos maciços graníticos. Nestas áreas ter-se-ia verificado uma expansão do olival, confirmada pela proliferação de lagares. A grande quantidade de pesos de lagar e de estruturas ou sítios associados a lagares permitem-nos reconhecer a importância do azeite na economia regional. A presença pontual de lagaretas (Vale do Cano, Lagareta da Anta, Vidais, Ribeiro do Lobo e Ranginha) relacionava-se, provavelmente, com a produção e importância do vinho, embora estas estruturas escavadas na rocha possam ser mais numerosas, dado que a sua detecção nem sempre é fácil. Reconheçamos que algumas

destas lagaretas poderão remontar à Proto-História, com fins transformadores diversos e continuamente utilizadas.

Seria fastidioso enumerarmos os sítios que surgiram na Alta Idade Média, destacando-se apenas os aglomerados mais relevantes, como o Vale do Cano IV e V, Monte Velho I, Fonte de Souto, Pasmal, Mouta Raza I e II, Maral, Aldeia, Vale do Ródão e Estaca III. Nestes locais, a abundância de *imbrices* contrasta com a escassez de *tegulae*. No Vale do Cano IV e V e Monte Velho I, este escavado por Afonso do Paço, os *imbrices* observados denotam uma intensa decoração penteada e digitada. Nos aglomerados do Ribeiro do Lobo e da Patinha da Burra, não registámos qualquer vestígio de cerâmica de cobertura, sugerindo-se a utilização de giesta, solução que se prolongou até aos nossos dias, nas choças (figs. 9, 10 e 13).

Relativamente ao novo padrão de povoamento, a freguesia de S. Salvador da Aramenha constitui uma excepção, já que em contexto rural não reconhecemos vestígios seguros de ocupação alto medieval. Esta situação poderá justificar-se pelo facto de ser uma área próxima da *Ammaia*, em que os terrenos mais próximos e com melhor aptidão pertenceriam às elites urbanas. Nessas propriedades trabalhariam servos, sujeitos a fluxos diários entre a cidade e a periferia.

Num período em que o cristianismo se assumia como religião dominante, surgiram novos rituais de inumação, associados às novas formas de povoamento rural. As sepulturas eram escavadas nas formações graníticas, de uma forma isolada (Vale do Cano VI e VII, Pereiro Velho II ou Estaca I, fig.12) ou em necrópoles (Vale do Cano III, Mouta Raza III e IV, Herdade do Pereiro III, Monte Velho I ou Vale do Ródão I, fig. 8 e 14). Este tipo de tumulação pode ter derivado dos sarcófagos romanos, cuja tradição se manteve no período alto medieval (Vale do Cano III, Cancho Ruivo, Herdade dos Pombais II ou Mãe Velha II). A presença de duas sepulturas tipo cista, que ladeiam outras duas escavadas na rocha (Vale do Luso II e Vale do Cano VI), poderia representar a evolução para o novo tipo de sepultura escavada na rocha, que implicava um notável investimento de tempo e de trabalho. Esta inovação difundida pelo mundo cristão poderia justificar-se com inúmeros argumentos, como uma figuração do sepulcro de Jesus, uma melhor sinalização da sepultura, a elevação de uma sepultura em relação aos restantes enterramentos, uma forma de distinção social ou familiar, a imobilidade do sepulcro, que impedia a sua reutilização, ou a simples economia de terreno arável. A violação da maioria das sepulturas impede-nos de conhecer outros pormenores destes rituais funerários. A cobertura da sepultura era feita com terra e pedras, lajes de xisto ou de granito, mais vulgares e ainda observáveis. Em muitos casos foi esculpido um rebordo que facilitava a colocação da tampa, impedindo infiltrações das águas pluviais. O interior da sepultura pode assumir uma forma simples, ou uma forma antropomórfica, variando os contornos da cabeceira, do corpo e dos pés. É geralmente aceite que as mais antigas seriam as sepulturas mais simples, ovaladas, rectangulares e trapezoidais, balizáveis entre os séculos VII-VIII e os séculos XII-XIII. As formas antropomórficas surgiram a partir

de meados do século IX. Por vezes, encontramos os vários tipos, lado a lado, com as mais variadas orientações, no interior dos aglomerados ou na periferia, ora em necrópoles, ora isoladas, contrariando várias teorias ou modelos propostos.

Ainda que não seja claro, face aos conhecimentos actuais, saber a quem se destinavam estes sepulcros, haverá que reconhecer que, pelo investimento que a abertura destas sepulturas implicava, seguramente elas não se destinariam a todos os membros da comunidade. Reforça esta leitura o número reduzido de sepulcros relativamente à extensão de alguns povoados, como seja o do Ribeiro do Lobo (fig. 14). Poderemos, eventualmente, pensar que este tipo de sepultura se destinaria a alguma elite com maior número de excedentes. Haverá que ressaltar que alguns destes sepulcros parecem organizar-se aos pares, podendo deduzir-se estarmos em presença de casais. Ocorrem, ainda que em número reduzido, sepulcros de criança, sendo neste caso os antropomórficos muito raros.

No contexto destes povoados ocorrem, ainda que em número reduzido, as interessantes construções localmente conhecidas por chafurdões. Referimo-nos, a construções, algumas monumentais, de planta circular e cobertura de falsa cúpula em pedra. Unicamente construídas sobre afloramentos graníticos, inviabilizam qualquer sondagem arqueológica e tornam a sua datação muito insegura. Utilizados até aos nossos dias, ainda que actualmente apenas para guardar animais ou palha, ou eventualmente para abrigo temporário de pastores, os chafurdões, pela sua monumentalidade, implantação, organização no espaço e por vezes proximidade a sepulturas escavadas na rocha, como acontece pelo menos nos concelhos de Castelo de Vide, Nisa e Marvão, poderão estar relacionados com aspectos religiosos, ou mesmo funerários. Contudo, conhecemos alguns, sobretudo na *Extremadura* espanhola, que apresentam datas dos séculos XVIII e XIX, nos lintéis das portas, originando ainda maiores dúvidas quanto à sua origem e funcionalidade (fig. 15).

Se alguns destes *habitats* parecem estar na origem de algumas povoações que hoje se mantêm, como Ranginha, Barretos, Asseiceira e eventualmente Santo António das Areias, Escusa e Pitaranha, a maioria terá sucumbido em data bastante recuada. O povoado que melhor se conhece, o do Monte Velho, na freguesia da Beirã, porque foi o único objecto de uma curta escavação, terá sucumbido, segundo o seu investigador, de uma forma abrupta e com sinais evidentes de um violento incêndio que impossibilitou os seus proprietários de recuperarem os bens que aí se encontravam. Segundo Afonso do Paço (Paço, 1949) o fim do povoado do Monte Velho e de todos os outros contemporâneos teria resultado da invasão muçulmana desta região. Haverá que reconhecer que algum tempo antes da chegada das gentes do norte de África outras convulsões se conheceram. A luta pelo poder extrema-se no século VII, opondo o poder central às elites locais, gerando alguma instabilidade político-social a que podemos juntar os maus anos agrícolas, que resultaram em fome, epidemias, endividamento e servidão, afectando particularmente o grosso da população rural cada vez menos livre e mais descontente. A fragmentação

do poder, a crescente supremacia da religião sobre a nobreza visigoda e as constantes disputas entre nobres iriam provocar conflitos internos, alguns dos quais assumiram contornos militares. Os conflitos entre as famílias nobres visigodas acentuaram-se com a morte do rei Égica, em 702, sucedendo-lhe o seu filho Vitiza, cujo reinado durou até 710.

Embora sem certezas quanto ao fim deste povoado e de outros semelhantes, haverá que reconhecer, que as evidências arqueológicas do Monte Velho indiciam um fim não esperado e uma saída sem regresso dos seus habitantes. Se se tratasse unicamente de um incêndio deste povoado, os bens teriam sido recuperados pelos seus habitantes ou pelos habitantes de outros povoados vizinhos. A abundância de telhas inteiras nas casas ardidas e, sobretudo, o forno ainda cheio delas que posteriormente às escavações de Afonso do Paço se veio a descobrir neste *habitat*, mostram que os seus habitantes e os dos povoados vizinhos não puderam recuperar os bens. Este abandono sem regresso poderá estar relacionado com uma chacina total ou, mais provavelmente, com a captura e consequente escravização das pessoas destes povoados. Se foram, ou não, os invasores oriundos do norte de África os autores desta destruição, não o podemos afirmar por agora. Para explicar esta e tantas outras dúvidas que se colocam em torno destes povoados, torna-se urgente organizar projectos de investigação que contemplem a escavação de alguns destes sítios, de forma a trazer mais luz sobre um período tão desconhecido como é o que antecede a islamização da Península Ibérica.

Embora muitas incertezas se coloquem em torno destes povoados localizados nos concelhos de Marvão, Castelo de Vide e Valência de Alcântara, temos, pelo menos, a certeza de que eles resultam do fim e consequente pulverização da velha cidade romana de *Ammaia*, que após o seu esplendor se vê esquecida e substituída por povoados que, se não ocupassem cotas tão baixas, seriam facilmente confundidos com os *habitats* da Idade do Ferro que os romanos aqui encontraram à sua chegada. Parece, assim, reconhecer-se um profundo retrocesso económico, social e cultural desta região com o colapso e consequente pulverização da *Ammaia*.

Anexos



Fig.1. Localização do concelho de Marvão



Fig.2. *Ammaia* vista de nascente



Fig.3. *Ammaia* – Porta Sul

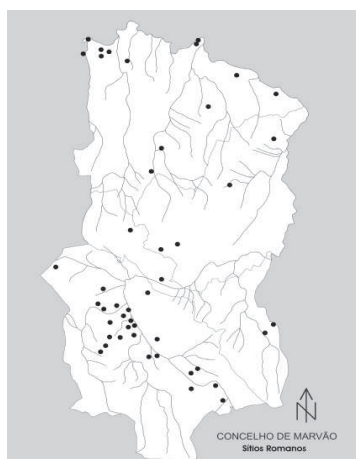


Fig.4. Sítios Romanos do concelho de Marvão

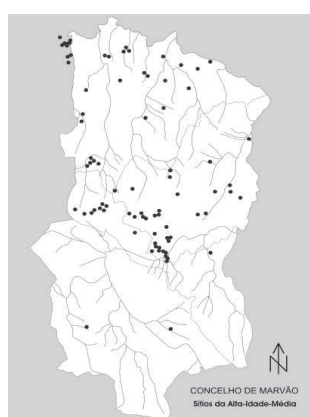


Fig.5. Sítios da Alta-Idade-Média do concelho de Marvão

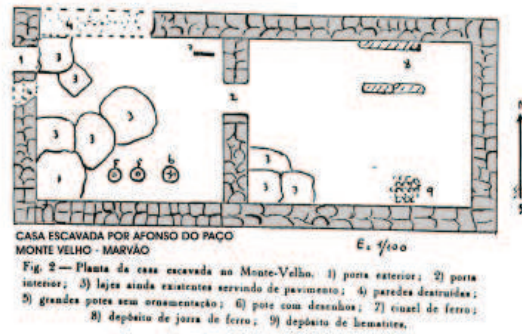


Fig.6. Planta de casa escavada por A. do Paço no Monte Velho – Marvão

ICQAXICCRIS-

Fig.7. Inscrição cristã do Monte Velho, seg. Afonso do Paço



Fig.8. Sepultura com tampa do Monte Velho



Fig.9. Povoado da Agua da Cuba



Fig.10. Povoado da Patinha da Burra



Fig.11. Necrópole do Vale de Luso



Fig.12. Necrópole da Fonte de Souto



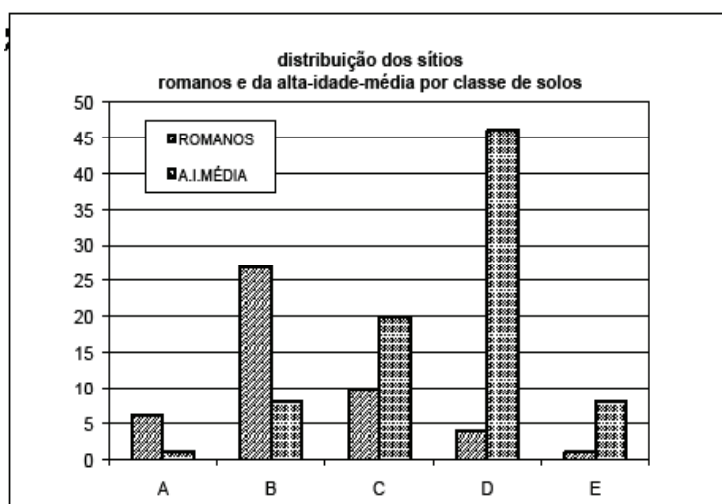
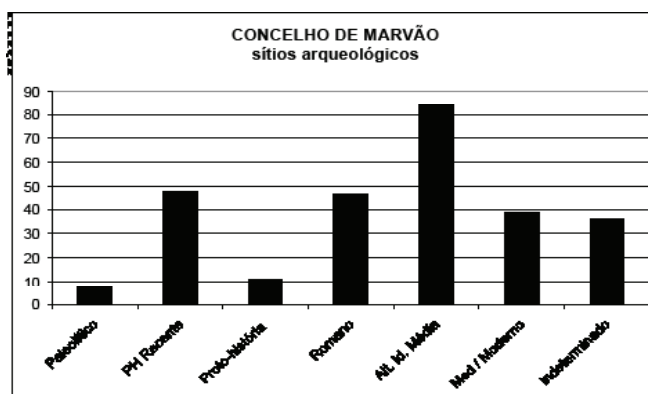
Fig.13. Povoado e necrópole da Relva



Fig.14. Povoado do Ribeiro do Lobo



Fig.15. Chafurdão da Mouta Rasa



Bibliografia

- Jorge de Alarcão (1985), “Sobre a romanização do Alentejo e Algarve. A propósito de uma obra de José d’Encarnação”, *Arqueologia* 11, G.E.A.P., Porto, 99-123.
- Jorge de Alarcão (1988), *O Domínio Romano em Portugal*. Mem-Martins.
- André Carneiro (2002), “O fim do império e a cristianização no território da *civitas ammaiensis*: mudança e continuidade no concelho de Fronteira”, *Ibn Maruán* 12, Câmara Municipal de Marvão. Lisboa, Colibri, 135-157.
- Possidónio M. Laranjo Coelho (1924/2001), *Terras de Odiana. Subsídios para a sua História Documentada*. Edição fac-simile da edição de 1924. *Ibn Maruán* 11, Câmara Municipal de Marvão. Lisboa, Colibri.
- José d’Encarnação (1984), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra.
- Robert Étienne (1995), «À propos du territoire d’Emerita Augusta (Mérida) in Monique Clavel-Lévêque», Rosa Plana-Mallart, eds., *Cité et Territoire. Colloque Européen* (Béziers, 14-16 Octobre 1994). Paris, 27-32.
- Isabel Cristina Fernandes, Jorge de Oliveira (1995), “Os mosaicos romanos do Garrianchos (Beirã-Marvão)”. *Ibn Maruán* 5, Câmara Municipal de Marvão, 13-23.
- Amílcar Guerra (1996), “Ammaia, Medobriga e as ruínas de S. Salvador de Aramenha: dos antiquários à historiografia actual”, *A Cidade — Revista Cultural de Portalegre* 11 7-33.
- Eugénio Jalhay (1947), “Epigrafia amaiense. Contribuição para o estudo da Aramenha romana (concelho de Marvão)”, *Brotéria* 45.6 5-23.
- Vasco Gil Mantas (2000), “A sociedade luso-romana do município de Ammaia”, in *Sociedade y Cultura en Lusitania Romana*. IV Mesa Redonda Internacional. Mérida, Série Estudos Portugueses, 391-420.
- _____ (2002), “Libertos e escravos na cidade luso-romana de Ammaia”, *Ibn Maruán* 12, Câmara Municipal de Marvão. Lisboa, Colibri., 49-68
- Jorge de Oliveira, Carmen Balesteros (1989), *Levantamento Arqueológico da Barragem da Apertadura*. Câmara Municipal de Marvão. Portalegre.
- Jorge de Oliveira (1991), “A estátua romana da Escusa (Aramenha – Marvão)”, *Ibn Maruán* 1, Câmara Municipal de Marvão, 85-96.
- Jorge de Oliveira, Susana S. Cunha (1993-4), “A cidade romana de Ammaia na correspondência entre António Maçãs e Leite de Vasconcelos”, *O Arqueólogo Português* 11-12. Série 4. Lisboa, 103-134.
- Jorge de Oliveira et alii (1996), “Cidade da Ammaia (Marvão)”, *Ibn Maruán* 6, Câmara Municipal de Marvão, Colibri, 15-22.
- Jorge de Oliveira (1999), “Cidade romana de Ammaia, S. Salvador de Aramenha, Marvão, Portugal”, in *II Congresso de Arqueologia Peninsular*, tomo 4. Zamora, Universidade de Alcalá, 129-134.
- Jorge de Oliveira (2002), “A cidade romana de Ammaia, documentos para a sua história recente”, *Ibn Maruán* 12, Câmara Municipal de Marvão. Lisboa, Colibri, 11-48.
- Jorge de Oliveira et alii (2005), *São Salvador da Aramenha. História e Memórias da Freguesia*, in Jorge de Oliveira, coord., *Ibn Maruán* 13, Câmara Municipal

- de Marvão. Lisboa, Colibri.
- Jorge de Oliveira, Sérgio Pereira, João Parreira (2007), *Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão*, *Ibn Maruán* 14, Câmara Municipal de Marvão. Lisboa, Colibri.
- Afonso do Paço (1949), “Inscrição Cristã do Monte-Velho (Beirã-Marvão)”, *Brotéria* 49.1 5-19.
- Afonso do Paço (1953), “Carta arqueológica do concelho de Marvão”, *Actas do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Lisboa (1950). 7^a secção. Lisboa, 93-127.
- Afonso do Paço, (D.) Fernando de Almeida (1962), “Duas inscrições romanas inéditas do Museu de Marvão”, *Revista de Guimarães* 72 145-151.
- Sérgio Pereira et alii (2000), “Numismática ammaiense: notas preliminares”, *Ibn Maruán* 9-10, Câmara Municipal de Marvão. Lisboa, Colibri, 55-70.
- Sérgio Pereira (2002), “Dois depósitos monetários encontrados na Porta Sul (Amaia)”, *Ibn Maruán* 12, Câmara Municipal de Marvão. Lisboa, Colibri, 99-134.
- António Rei (1998), “O nordeste alentejano nos geógrafos árabes”, *Ibn Maruán* 8, Câmara Municipal de Marvão, Lisboa, Colibri, 247-250.
- António Rei (2002), “Târiq ibn Ziyâd e o seu exército em Almeida e na Cidade de Amaia (Marvão) em finais de 711 – inícios 712”, *Ibn Maruán* 12, Câmara Municipal de Marvão. Lisboa, Colibri, 159-167.
- Adel Sidarus (1991), “Amaia de Ibn Maruán: Marvão”, *Ibn Maruán* 1, Câmara Municipal de Marvão, 13-26.